

# Desenvolvimento, conservação, inovação e sustentabilidade na Amazônia

Sergio Weguelin  
Claudia Soares Costa  
Angela Albernaz Skaf  
Bernardo Von Haehling Braune

7

---

**Desenvolvimento, conservação, inovação  
e sustentabilidade na Amazônia**

---

SERGIO WEGUELIN

CLAUDIA SOARES COSTA

ANGELA ALBERNAZ SKAF

BERNARDO VON HAEHLING BRAUNE

## RESUMO

*O Fundo Amazônia é uma iniciativa inovadora do governo e da sociedade brasileira para apoiar ações de redução de emissão de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação de florestas, tendo sido concebido no âmbito das Conferências das Partes (COP) realizadas anualmente entre os países-membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Este capítulo descreve a atuação do Fundo Amazônia, incluindo: seus objetivos, sua governança, a captação de recursos, bem como sua evolução, desafios e perspectivas.*

## ABSTRACT

*The Amazon Fund is an innovative initiative put forth by the government and Brazilian society to provide support for efforts aimed at reducing greenhouse gas emissions resulting from deforestation and degradation of forests. It was conceived within the scope of the Conference of the Parties (COP) held annually between the member countries of the United Nations' Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). This chapter outlines the efforts the Amazon Fund is making, including its goals, its governance, fundraising, as well as its progress, challenges and perspectives.*

## INTRODUÇÃO

Criado por decreto do Presidente da República em 1º de agosto de 2008, o Fundo Amazônia é uma iniciativa inovadora do governo e da sociedade brasileira para apoiar ações de redução de emissão de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação de florestas.

Foi concebido no âmbito das Conferências das Partes (COP) realizadas anualmente entre os países-membros da UNFCCC<sup>1</sup> e tem como alicerces três fatores primordiais. O primeiro deles é a existência de uma instituição com reconhecida *expertise* no monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélites, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que realiza o levan-

<sup>1</sup> O conceito do Fundo Amazônia foi introduzido na 12ª COP da UNFCCC, realizada em Nairóbi, no Quênia, em 2006.

tamento de dados anuais sobre a taxa do desflorestamento na Amazônia Legal. Um segundo fator consiste no regime democrático vigente no Brasil, que conta com o controle social das iniciativas públicas. Por último, há a conjunção da capacidade de gestão dos recursos do BNDES, principal financiador de investimentos de longo prazo voltados para o desenvolvimento sustentável do país, com a estrutura de governança inclusiva do Fundo Amazônia – que acolhe representantes do governo federal, dos governos dos estados da Amazônia Legal brasileira, da sociedade civil e da comunidade científica.

Além disso, é imponente o sucesso do país no enfrentamento da questão do desmatamento na Amazônia, por meio de uma visão ampla e articulada, na qual o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) representa a alavanca que coordena a atuação de diversas instituições e iniciativas.

O Fundo Amazônia foi prontamente apoiado pelo governo da Noruega, primeiro e maior doador, até o momento. Em 2010, recebeu sua segunda doação, feita pela República Federal da Alemanha, o que representou uma sinalização positiva ao trabalho realizado pelo fundo, e, em 2011, foi inaugurada a captação de recursos com empresas nacionais, com as doações da Petrobras.

O Fundo Amazônia colabora para o alcance das metas estabelecidas pelo Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), em especial para a redução sustentada das taxas de desmatamento<sup>2</sup> e a interrupção da perda de cobertura florestal até 2017. Dessa forma, à medida que as taxas de desmatamento se reduzem, e se faz presente o compromisso de reduções cada vez mais expressivas, renovados desafios impõem-se para o país e, consequentemente,

---

<sup>2</sup> De acordo com o PNMC, lançado pelo governo brasileiro em dezembro de 2008, que tem metas quadrienais de redução do desmatamento na Amazônia, no período 2014-2017 o país deve reduzir o desmatamento em 30% em comparação com a taxa média de desmatamento no período 2010-2013.

para o Fundo Amazônia, o que demanda esforços permanentes de reflexão e atualização de sua estratégia de atuação.

Este artigo descreve a atuação do Fundo Amazônia, incluindo: seus objetivos, sua governança, a captação de recursos, bem como sua evolução, desafios e perspectivas.

## OBJETIVOS DO FUNDO AMAZÔNIA

O Fundo Amazônia é um instrumento de captação de recursos de doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no Bioma Amazônia.

Para alcançar seus objetivos, o Fundo Amazônia pode apoiar projetos nas seguintes áreas temáticas, especificadas no Decreto 6.527/08:<sup>3</sup>

- I. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III. manejo florestal sustentável;
- IV. atividades econômicas desenvolvidas por meio do uso sustentável da floresta;
- V. Zoneamento Ecológico-Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- VII. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto prevê ainda a utilização de até 20% dos recursos do fundo no apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em florestas tropicais de outros países.

As iniciativas elegíveis ao apoio do Fundo Amazônia devem estar em consonância com o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o PPCDAM, os planos estaduais de Prevenção e Combate ao Desma-

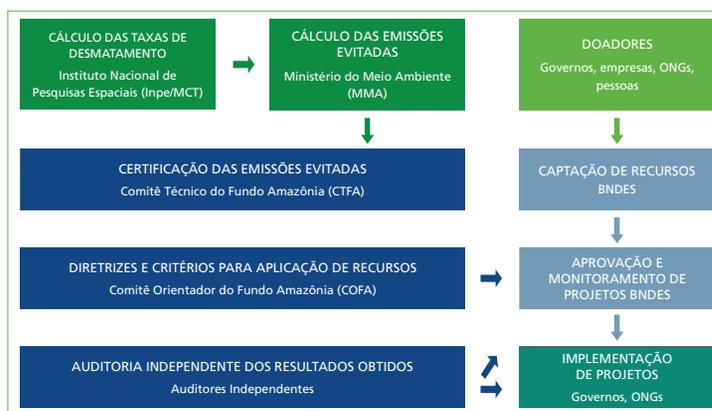
<sup>3</sup> O texto integral do decreto está disponível na página do Fundo Amazônia na internet: <[www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br)>.

tamento, as diretrizes e critérios do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), bem como as políticas operacionais do BNDES.

### A GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA

O modelo de governança do Fundo Amazônia, composto pelos comitês Orientador e Técnico, foi planejado para propiciar o diálogo entre públicos de interesses múltiplos e contribuir para o pleno alcance de suas metas (Figura 1).

FIGURA 1 Governança do Fundo Amazônia



Fonte: BNDES.

É atribuição do COFA estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos, bem como aprovar as informações sobre a aplicação dos recursos e o Relatório Anual do Fundo Amazônia.

Ao COFA cabe ainda o papel de zelar pelo alinhamento das iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia, em conformidade com as políticas públicas do PPCDAM e com as diretrizes estratégicas do PAS.

Por sua vez, o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) tem por atribuição atestar as emissões de carbono oriundas de desmatamento (ED) calculadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para tanto, avalia a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare considerada no cálculo das emissões. O CTFA é formado por especialistas de notório saber técnico-científico, designados pelo MMA depois de consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

A gestão do Fundo Amazônia foi atribuída ao BNDES, que é responsável pela captação e aplicação de recursos, pelo acompanhamento e monitoramento das ações e dos projetos apoiados e comunicação dos resultados obtidos, além de exercer a secretaria executiva do COFA.

No intuito de prestar contas e compartilhar as atividades realizadas pelo Fundo Amazônia, o BNDES dispõe de diversos instrumentos de comunicação, entre eles o Relatório Anual, o boletim mensal de notícias, o informe da carteira e o *site* do Fundo Amazônia.

Como o fundo tem como uma de suas premissas a captação de recursos de doação voluntária, nacionais e internacionais, destaca-se a importância da transparência de suas informações. Essa visibilidade é fundamental para demonstrar a seriedade e a credibilidade das ações implementadas.

## CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O mecanismo de captação de recursos para o Fundo Amazônia é baseado na redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, ou seja, é preciso comprovar a redução do desmatamento na Amazônia Legal para viabilizar a captação de novos recursos.

O limite de captação anual do Fundo Amazônia resulta da diferença entre a taxa média histórica de desmatamento e a área desmatada efetivamente aferida no ano em avaliação (taxa mé-

dia histórica de desmatamento – taxa de desmatamento anual), multiplicando-se esse resultado pela quantidade de carbono presente na biomassa florestal,<sup>4</sup> em toneladas de carbono por hectare. Em seguida, é feito novo cálculo, convertendo-se as toneladas de carbono em toneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Por fim, para o cálculo monetário do limite de captação utiliza-se o preço-padrão de US\$ 5,00/tCO<sub>2</sub>.

Matematicamente, o cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia é representado da seguinte forma:

FIGURA 2 Cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia

$ED = (TDM - TD) * tC/ha$	<p>ED = Redução nas emissões de carbono oriundas do desmatamento, em toneladas de carbono (tC)</p> <p>TDM = Taxa de desmatamento média (em hectares)</p> <p>TD = Taxa de desmatamento anual do período (em hectares)</p> <p>tC/ha = Toneladas de carbono por hectare de floresta</p>
---------------------------	--

Fonte: BNDES.

Depois do cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia, o MMA prepara nota técnica definindo a redução de emissões, com base nos dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Essa nota técnica é analisada pelo Comitê Técnico do Fundo Amazônia, e o BNDES, então, procede à captação de recursos.

## DOAÇÕES FORMALIZADAS

O governo da Noruega é o maior doador de recursos ao Fundo Amazônia até o momento. Em março de 2009, por intermédio da assinatura de um acordo contratual com o BNDES (*donation agreement*), o governo da Noruega estabeleceu o compromisso de doar recursos de forma parcelada ao fundo, no período

<sup>4</sup> Por recomendação do CTFA, a estimativa de carbono contido na biomassa florestal é de 132,2 tC/ha (toneladas de carbono equivalente por hectare).

de 2009 a 2015. Até a presente data, o governo da Noruega comprometeu-se formalmente a aportar NOK 3.550.000.000,00 (cerca de US\$ 610 milhões).

No último trimestre de 2010, o Fundo Amazônia passou a contar com o relevante apoio do banco alemão de desenvolvimento, KfW, que formalizou compromisso de aporte no valor de até € 21 milhões ao fundo, precedido do estabelecimento de acordo de cooperação técnica do BNDES/Fundo Amazônia com a agência de cooperação técnica alemã (GIZ).

No ano de 2011, a Petrobras passou a contribuir com o Fundo Amazônia. Até abril de 2013, a Petrobras celebrou contratos de doação no valor total de R\$ 8,6 milhões (US\$ 4,9 milhões).

A doação da companhia está em linha com a exigência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de que a Petrobras implemente projetos de neutralização de carbono em relação à emissão de gases de efeito estufa provocada por suas atividades. As emissões são decorrentes da queima extraordinária de gás, originárias da produção e do escoamento de petróleo e gás natural realizados pela empresa.

Cabe mencionar que, na Tabela 1, os recursos ingressados são valores históricos, enquanto os valores em reais de doações contratadas e saldo de doações a ingressar foram atualizados para o dia 1º de abril de 2013.

Na Tabela 1, pode-se observar que, do montante total contratado, o Fundo Amazônia recebeu R\$ 235.515.514,24. A cada contribuição para o fundo, o BNDES emite um diploma, no qual ficam identificados o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico (CO<sub>2</sub>).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Todos os diplomas estão publicados no site do Fundo Amazônia: <[www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br)>.

TABELA 1 Doações contratadas e ingressadas e saldo a ingressar (posição em 1.4.2013)

Doador	Governo da Noruega	República Federativa da Alemanha – KfW	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras*	Total (R\$)
(A) Valor contratado	NOK 3.550.000.000,00	EUR 21.000.000,00	US\$ 4.879.186,80	EUR 21.000.000,00
(A') Valor contratado (R\$)	1.231.495.000,00*	54.480.300,00*	8.614.281,14	1.294.589.581,14
(B) Recursos ingressados	NOK 655.746.000,00	EUR 9.000.000,00	US\$ 4.879.186,80	-
(B') Recursos ingressados (R\$)	204.302.533,10***	22.598.700,00***	8.614.281,14	235.515.514,24
(A-B) Recursos não ingressados	NOK 2.894.254.000,00	EUR 12.000.000,00	-	-
(A-B) Recursos não ingressados (R\$)*	1.004.016.712,60	31.131.600,00	-	1.035.148.312,60

Fonte: BNDES.

\* Valores convertidos para R\$ com base na taxa de câmbio média de 1.4.2013, divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

\*\* Os valores foram doados em R\$ pela Petrobras e calculados considerando a relação de US\$ 5,00 por tonelada de CO<sub>2</sub> (conversão em R\$ com base na taxa de câmbio média divulgada pelo Bacen para o dia anterior à data de ingresso dos recursos).

\*\*\* Valores convertidos em R\$ com base na taxa estabelecida nos contratos de câmbio assinados para ingressos de recursos.

## EVOLUÇÃO

O Fundo Amazônia teve sua criação autorizada em agosto de 2008. Destaca-se, nesse ano, a realização das primeiras reuniões do COFA e do CTFA, que integram sua governança.

No início de 2009, a criação da Área de Meio Ambiente no BNDES propiciou as condições mínimas para se organizar a base da estrutura técnica e administrativa, alocada em uma unidade operacional específica – o Departamento de Gestão do Fundo Amazônia.

Nesse período, a equipe do Fundo Amazônia, em parceria com as equipes do Serviço Florestal Brasileiro e do MMA, parti-

cipou de uma rodada de apresentações pelos estados da Amazônia Legal, com a finalidade de fornecer orientações sobre o Fundo Amazônia e seus mecanismos de acesso, fomentando potenciais propostas de projetos.

Oficialmente, as primeiras consultas de apoio a projetos foram recebidas pelo BNDES em julho de 2009, sendo cinco projetos aprovados até o fim desse ano, com valor correspondente a R\$ 70.339.010,00 de colaboração financeira. No primeiro trimestre de 2009, a celebração do contrato de doação com o governo da Noruega havia propiciado a garantia dos recursos monetários para as operações do fundo.

Ao longo de 2010, foi realizado trabalho dedicado ao detalhamento do Quadro Lógico do Fundo Amazônia e o das várias oficinas e encontros de organizações do terceiro setor, que encaminharam suas principais sugestões e expectativas por meio de sua representação no COFA.

O perfil da carteira do fundo ampliou-se com a apresentação de propostas diversificadas. Até dezembro de 2010, foram aprovados outros oito projetos, elevando para 13 o número de projetos aprovados, com valor de apoio de R\$ 190.230.714,43.

No último trimestre de 2010, o Fundo Amazônia recebeu o apoio do governo da Alemanha, por intermédio do KfW, que formalizou contrato de doação de novos recursos financeiros para o fundo.

Em 2011, o Fundo Amazônia passou a contar com seu terceiro doador, a Petrobras, a primeira empresa a contribuir com o fundo. Nesse ano, houve um extenso trabalho, no âmbito do COFA e da Comissão para o Detalhamento e Estruturação de Projetos – apoio a projetos sustentáveis, para a definição das regras aplicáveis à Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis. A carteira do Fundo Amazônia contabilizou, no fim de 2011, um saldo de 23 projetos aprovados, com o valor de apoio de R\$ 260.730.294,90.

No início de 2012, o Fundo Amazônia lançou a Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis, com o objetivo de selecionar propostas candidatas a obter apoio financeiro não reembolsável para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, conforme finalidade, regras e diretrizes do Fundo Amazônia.

Para divulgar a Chamada Pública, o BNDES promoveu, em parceria com os governos estaduais e com o apoio da agência de cooperação técnica alemã (GIZ), uma rodada de eventos de divulgação e capacitação nos nove estados da Amazônia Legal.

Em meados de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20 –, o Fundo Amazônia realizou o seminário “Fundo Amazônia: construindo sua história”, no Parque dos Atletas. O evento teve como objetivo relatar os resultados e as experiências de implementação de oito projetos apoiados pelo fundo, na ótica dos próprios beneficiários.

No acumulado, desde sua efetiva operação, em julho de 2009, o fundo aprovou 37 projetos, com valor total de colaboração financeira de R\$ 463.472.184,59. Nesse mesmo período, foram negados 171 pedidos de colaboração financeira ainda em seu estágio inicial de formulação, ou seja, “consulta prévia”.

O valor total dos desembolsos do Fundo Amazônia desde sua entrada em operação em 2009 foi de R\$ 156,4 milhões. Cabe mencionar que, além dos R\$ 463 milhões de apoio financeiro aprovados, há na carteira do fundo outros R\$ 570 milhões em projetos em fase de detalhamento e de análise.

### Carteira de projetos

Como já comentado, o Fundo Amazônia está autorizado a apoiar ações em sete áreas temáticas, bem como na implantação de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e outros países tropicais.

Nesses cerca de quatro anos de operação, o Fundo Amazônia apoiou projetos em favor das mais variadas instituições, entre as quais se podem mencionar: organizações do terceiro setor, universidades e fundações de apoio à pesquisa científica, municípios, governos estaduais e governo federal. Em abril de 2013, foi aprovado o primeiro projeto internacional do fundo (Quadro 1).

**QUADRO 1** Projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Projetos com a União	Inventário Florestal Nacional – Amazônia	União Federal – Serviço Florestal Brasileiro	R\$ 65.000.555,12
Projetos com estados	Rondônia Mais Verde	Estado de Rondônia	R\$ 15.040.500,00
	Proteção Florestal Tocantins	Estado do Tocantins	R\$ 5.000.000,00
	Acre: Incêndios Florestais Zero	Estado do Acre	R\$ 13.280.700,00
	Bombeiros Florestais de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso	R\$ 12.625.000,00
	SDS Amazonas	Estado do Amazonas	R\$ 20.000.000,00
	Valorização do Ativo Ambiental Florestal	Estado do Acre	R\$ 60.000.000,00
	Sema Pará	Estado do Pará	R\$ 15.923.230,00
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e as Queimadas Ilegais	Estado do Pará	R\$ 16.830.280,00	
Projetos com municípios	Jacundá, Município de Economia Verde	Município de Jacundá (PA)	R\$ 792.200,00
	Anapu rumo ao Selo Verde	Município de Anapu (PA)	R\$ 431.940,00
	Nascentes do Buriti	Município de Carlinda (MT)	R\$ 1.870.581,50
	Preservar Porto dos Gaúchos	Município de Porto dos Gaúchos (MT)	R\$ 133.890,00
	Recupera Marcelândia	Município de Marcelândia (MT)	R\$ 669.126,00
	Olhos d'Água da Amazônia	Município de Alta Floresta (MT)	R\$ 2.781.340,40
	Porto de Moz Sustentável	Município de Porto de Moz (PA)	R\$ 337.206,46
Projetos com universidades	Biodiversidade	Universidade Federal do Pará – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa	R\$ 4.639.706,98
	Compostos Bioativos da Amazônia		R\$ 1.352.336,00
	Ilhas de Belém		R\$ 1.138.083,93
	Florestas de Mangue		R\$ 1.982.143,00
	Fortalecimento da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia		R\$ 2.704.084,90
	Nova Cartografia Social na Amazônia	Universidade do Estado do Amazonas – Fundação Muraki	R\$ 4.614.587,03

continua

continuação

Projetos com o terceiro setor	Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	R\$ 18.853.482,32
	Pequenos Projetos Eossociais na Amazônia	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI)	R\$ 12.843.876,04
	Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia	Fundação Banco do Brasil	R\$ 15.000.000,00
	Assentamentos Sustentáveis da Amazônia	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipaam)	R\$ 24.939.200,37
	Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	R\$ 16.900.000,00
	Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	R\$ 8.454.421,00
	Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	R\$ 9.347.384,00
	Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	Instituto Floresta Tropical (IFT)	R\$ 7.449.000,00
	Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	R\$ 9.736.473,00
	Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)	Funbio	R\$ 20.000.000,00
	Virada Verde	The Nature Conservancy do Brasil (TNC)	R\$ 16.000.000,00
	Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	R\$ 19.169.087,00
	Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV)	R\$ 5.433.450,00
	Mamirauá: conservação e uso sustentável da biodiversidade em Unidades de Conservação	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA)	R\$ 8.504.678,54
Projetos internacionais	Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	R\$ 23.693.641,00

Fonte: <[www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br)>.

### Metas dos projetos apoiados

Do momento inicial até sua completa execução, que pode variar de um a cinco anos, os 37 projetos apoiados apresentam significativo potencial de impacto com relação aos objetivos do Fundo

Amazônia, conforme se depreende das metas consolidadas na lista a seguir:

1. Número de famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais: 12.569
2. Número de indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis: 4.665
3. Número de indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas: 400
4. Número de indivíduos participantes de eventos de sensibilização ou de eventos integradores: 13.346
5. Número de oficinas e cursos de capacitação: 339
6. Número de famílias (imóveis) rurais beneficiadas com assistência técnica: 3.150
7. Número de propriedades com projetos de produção sustentável: 2.200
8. Número de organizações comunitárias fortalecidas: 120
9. Número de nascentes recuperadas: 1.200
10. Número de órgãos ambientais estruturados (estaduais e municipais): 29
11. Área de imóveis com mapeamento georreferenciado realizado para fins de Cadastro Ambiental Rural (CAR): 10.000.000 ha
12. Número de imóveis que tiveram seu pedido de adesão ao CAR protocolado: 103.000
13. Área de propriedades rurais georreferenciadas para fins de regularização fundiária: 58.955 ha
14. Número de propriedades rurais com situação fundiária regular: 800
15. Número de Unidades de Conservação apoiadas (federal e estadual): 84
16. Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido: 560.740 km<sup>2</sup>

17. Área de Unidades de Conservação a serem criadas: 135.000 km<sup>2</sup>
18. Número de indígenas beneficiados: 7.000
19. Montante do apoio a projetos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) incluindo a realização do Inventário Florestal Nacional no Bioma Amazônia: R\$ 98,3 milhões
20. Área do Bioma Amazônia com inventário florestal realizado com informações acerca de seus recursos florestais, estoque de carbono e uso do território por populações locais: 4,1 milhões de km<sup>2</sup>
21. Montante do apoio a projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais: R\$ 62,7 milhões
22. Número de indivíduos capacitados em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis: 1.760

É importante lembrar que esses indicadores representam a consolidação de algumas das metas dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, podendo passar por alterações.

Destaque-se que, no eixo de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas, foram aprovados, até abril de 2013, projetos em apoio aos corpos de bombeiros dos estados do Acre, Tocantins, Rondônia, Pará e Mato Grosso, cujas ações serão reforçadas com apoio do Fundo Amazônia de mais de R\$ 62 milhões.

E ainda, em 2013, foi inaugurado o apoio do Fundo Amazônia a projetos em outros países de floresta tropical. A colaboração financeira, no valor de R\$ 23 milhões, foi aprovada em favor da OTCA, organização internacional formada por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Essa operação busca contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento, das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países-membros da OTCA, cujos territórios compreendem cerca de 99% do Bioma Amazônia.

### Avaliação de resultados do Fundo Amazônia

Vários dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia têm a característica de beneficiar instituições que estarão, por sua vez, selecionando projetos apresentados por outras instituições. Nessa categoria de projetos, o Fundo Amazônia apoiou, em conjunto com a Conservation International (CI), a estruturação e operacionalização do Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas, por meio do Funbio.

Outro exemplo é o apoio ao Fundo Dema, da Federação de Órgãos para Fase, que visa apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas a serem lançadas ao longo de três anos, beneficiando comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas.

Apesar de não realizar chamadas públicas, o projeto de responsabilidade da FAS, gestora do Programa Bolsa-Floresta, repassa recursos financeiros, máquinas e equipamentos para as populações e associações de moradores de 14 Unidades de Conservação no estado do Amazonas.

Outro exemplo desse tipo de projeto foi contratado pelo Fundo Amazônia com a Fundação Banco do Brasil (FBB), durante a Rio+20. Nesse caso, serão apoiados, com recursos do Fundo Amazônia e da FBB, projetos a serem selecionados por meio de chamadas públicas que estão sendo realizadas pela FBB, visando apoiar iniciativas que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas ao uso sustentável do Bioma Amazônia.

Também foi aprovado, em favor do ISPN, um projeto que contempla a realização de quatro chamadas públicas que vão selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradi-

cionais em áreas do Bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Portanto, o número de 37 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia até abril de 2013 não revela a abrangência total de projetos que virão a ser de fato apoiados, já que em vários desses projetos seus responsáveis estarão, por sua vez, selecionando outras entidades que ficarão responsáveis pela execução dos projetos posteriormente selecionados.

Até abril de 2013, não houve ainda a conclusão de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Todavia, alguns desses projetos já alcançaram resultados significativos, como o projeto executado pelo governo do município de Alta Floresta, no estado de Mato Grosso.

O projeto do município de Alta Floresta teve como objetivo apoiar o fortalecimento da gestão ambiental nesse município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no CAR, além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades.

Graças a esse apoio, em 2012 o município de Alta Floresta foi retirado da lista elaborada pelo MMA com os municípios prioritários para ações de combate ao desmatamento na Amazônia.

Para sair da lista crítica do MMA e ser considerado município com desmatamento monitorado e sob controle, Alta Floresta precisou, além de reduzir o desmatamento, ter 80% das propriedades inseridas no CAR do estado.

A saída dessa lista representou uma importante vitória para o município de Alta Floresta, haja vista as restrições associadas à permanência nessa lista, como restrições de crédito impostas aos produtores rurais do município. Inegavelmente o apoio do Fundo Amazônia foi crucial nessa vitória. Esse projeto tem conclusão prevista para 2013, com prestação de contas e avaliação dos resultados alcançados.

Outro projeto que já demonstra resultados expressivos é o projeto de responsabilidade da TNC Brasil, que realiza atividades de mobilização de atores locais em 12 municípios dos estados do Pará e Mato Grosso, visando à adesão ao CAR e ao monitoramento do desmatamento na região por meio de imagens de satélite.

O projeto da TNC alcançou a marca de mais de 14,6 mil imóveis rurais georreferenciados para inclusão no CAR, correspondendo a um total de dez milhões de hectares. Já a área efetivamente incluída no CAR chegou a 7,3 milhões de hectares, somados os 12 municípios do projeto no Pará e em Mato Grosso. O total de imóveis cadastrados supera os oito mil.

No estado do Pará pode ser mencionado o projeto de responsabilidade do Imazon. Uma das várias ações apoiadas nesse projeto é a de monitoramento mensal do desmatamento nos 11 municípios-alvo do projeto.

O Imazon gera boletins municipais que incluem informações sobre desmatamento, exploração madeireira e queimadas, com a indicação das coordenadas desses eventos por categoria de área. Todos os boletins municipais de monitoramento são enviados ao programa Municípios Verdes do governo do estado do Pará, às secretarias municipais de Meio Ambiente e ao Ministério Público Federal.

Esses resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do comitê gestor do programa Municípios Verdes. Como resultado do monitoramento mensal do desmatamento e das atividades de controle de campo conduzidas pelos municípios, dois municípios do projeto (Dom Eliseu e Ulianópolis) cumpriram os requisitos e saíram da lista de municípios prioritários para ações de combate ao desmatamento do MMA.

Nesse contexto, cabe mencionar que Pará e Mato Grosso foram, respectivamente, o primeiro e o segundo estado com as maiores taxas de desmatamento na Amazônia Legal, tanto em

2011 quanto em 2012. Não obstante, a taxa de desmatamento no estado do Pará passou de 3.008 km<sup>2</sup> em 2011 para 1.699 km<sup>2</sup> em 2012. Quanto ao estado do Mato Grosso, a taxa de desmatamento também teve queda drástica, passando de 1.120 km<sup>2</sup> (2011) para 777 km<sup>2</sup> (2012).

Vale comentar que o alvo estratégico ou objetivo geral do Fundo Amazônia foi definido em seu Quadro Lógico como a “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na região amazônica”. Um dos indicadores selecionados para medir a evolução desse objetivo foi o “desmatamento anual no Bioma Amazônia”, conforme medido pelo Inpe.

A taxa de desmatamento foi de 7.464 km<sup>2</sup> em 2009, ano este considerado o ano-base para fins de acompanhamento da evolução dos indicadores do Fundo Amazônia, já que nesse ano foram aprovadas as primeiras operações desse fundo sem que, todavia, tenham ocorrido liberações de recursos para os projetos aprovados.

Por sua vez, a taxa de desmatamento divulgada pelo Inpe para o ano de 2012 foi estimada em 4.656 km<sup>2</sup>. Comparando essas taxas de desmatamento, verifica-se que entre 2009 e 2012 ocorreu uma queda de 37% na taxa de desmatamento na Amazônia Legal.

Essa queda significativa na taxa de desmatamento na Amazônia brasileira é fruto da sinergia de várias iniciativas, aí incluídas as ações do Fundo Amazônia. É inegável que o apoio mencionado no item anterior a projetos nos estados do Pará e Mato Grosso contribuiu, por exemplo, para a redução no desmatamento ocorrido nesses estados, ao integrar um amplo conjunto de ações que se encontram em curso e que foram responsáveis por essa evolução favorável no combate ao desmatamento na Amazônia.

Não obstante, vale lembrar a escala ainda reduzida dos projetos do Fundo Amazônia *vis-à-vis* a dimensão da Amazônia brasileira e os cerca de 25 milhões de habitantes que nela residem.

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O cenário de atuação do Fundo Amazônia encontra-se em constante fluxo, apresentando renovados desafios que demandam esforços permanentes de reflexão e atualização de sua estratégia de atuação. Esses desafios são compartilhados por meio da governança participativa do Fundo Amazônia, representada pelo COFA, presidido pelo MMA.

Apesar do tempo relativamente breve de operação, isto é, quatro anos de efetivo funcionamento, vários avanços podem ser identificados na implementação desse mecanismo inovador de financiamento da conservação ambiental com desenvolvimento sustentável da floresta amazônica.

O Fundo Amazônia tem despertado muito interesse internacional, até mesmo da comunidade acadêmica, especialmente por se tratar de um dos primeiros fundos em operação que capta doações com base em uma lógica de redução de emissões de desmatamento e degradação florestal (REDD).

A proposta de REDD é considerada uma alternativa para a redução global das emissões de gases de efeito estufa ante o cenário de gradual aquecimento global e as mudanças climáticas associadas a esse processo. Entretanto, não há ainda uma clara e única definição de como a comunidade internacional vai apoiar o REDD.

Há quem defenda a criação de um mercado de créditos de carbono de REDD que poderiam ser usados para compensar emissões de gases de efeito estufa (GEE) de países desenvolvidos. Já outros julgam essa compensação inadequada, por não estimular uma economia de baixo carbono, defendendo que as ações nacionais de mitigação não deveriam gerar créditos, mas sim receber compensações financeiras como reconhecimento por seus resultados.

Nesse contexto de negociações, o Fundo Amazônia destaca-se como um fundo nacional (em contraste com outros fundos multilaterais) que passou do plano do debate acadêmico e di-

plomático para o da implementação concreta de ações. Daí o interesse que desperta no cenário internacional.

Além do caráter inovador do fundo como receptor de recursos de REDD, existem, ainda, vários aspectos específicos de sua governança formal e de sua gestão que despertam grande interesse. Dentre esses, destaca-se a existência e o funcionamento de seu comitê orientador, que permite de forma institucionalizada o controle social das ações do fundo e de seu gestor (o BNDES), confere transparência a suas atividades e cria um ambiente de alinhamento e coordenação entre os diferentes segmentos nele representados.

Outro aspecto do Fundo Amazônia também relevante é o fácil acesso a suas informações, em especial por meio de sua página na internet. Esta vem sendo enriquecida com informações sobre todos os aspectos de sua gestão e operação, com registros das deliberações de seus comitês, informações detalhadas sobre todos os projetos apoiados, carteira de projetos por projeto e por nível de processamento, prazos de processamento etc. Nesse aspecto, o Fundo Amazônia destaca-se pela transparência que confere a suas atividades, permitindo um amplo acesso a suas informações, superior ao da maior parte de fundos ou iniciativas congêneres.

As ações do Fundo Amazônia no biênio 2013-2014 serão paudadas pelas diretrizes aprovadas pelo COFA em março de 2013. O comitê definiu um conjunto de focos de atuação agrupados em quatro eixos, a saber: monitoramento e controle; fomento às atividades produtivas sustentáveis; ordenamento fundiário e territorial e desenvolvimento científico e tecnológico.

No que tange às modalidades operacionais, o COFA decidiu privilegiar o apoio a projetos estruturantes e selecionados por meio de chamadas públicas. Aliás, o Fundo Amazônia já vinha priorizando o apoio por intermédio de instituições parceiras, que desempenham o papel de aglutinadoras de projetos. Para ser classificado como estruturante, o projeto deve atender cumulativamente a três critérios: contribuir para a implementação de uma política pública;

ser capaz de resolver a situação-problema diagnosticada; e ter escala no território onde as ações serão desenvolvidas.

Conforme novas diretrizes do COFA, poderão apresentar projetos no biênio mencionado as seguintes entidades: órgãos do governo federal, órgãos dos governos estaduais e organizações privadas sem fins lucrativos. Dessa forma, espera-se aumentar de forma expressiva a escala de apoio a pequenos projetos, alcançando centenas de instituições de menor porte, além de apoiar projetos que sejam estruturantes no combate ao desmatamento e na conservação e no uso sustentável no Bioma Amazônia.

Para uma transformação mais profunda no modelo de desenvolvimento da região, com melhoria na qualidade de vida de seus habitantes, faz-se necessário intensificar o desenvolvimento de cadeias de conhecimento e inovação que deem suporte tanto ao planejamento territorial e aprimoramento dos instrumentos de controle como à valorização dos serviços e produtos da floresta.

Quanto a isso, também estará sendo intensificado o apoio a projetos que visam à ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade e recursos naturais da região, abarcando instituições com diferentes perfis de atuação. Esse apoio deverá abranger também iniciativas de construção de um modelo de desenvolvimento adequado para as florestas da região, unificando os saberes acadêmicos e tradicionais.

Para os próximos anos, a perspectiva é de que o Fundo Amazônia possa alcançar um novo patamar de atuação, tanto concentrando esforços para o desenvolvimento de projetos estruturantes quanto conferindo capilaridade a sua atuação por meio de chamadas públicas para seleção de projetos, promovidas por instituições parceiras, privadas ou estatais.

O grande desafio do Fundo Amazônia é tornar-se um fator de mudança da atual lógica econômica de ocupação do território que prevalece na região, em favor do desenvolvimento de uma economia regional próspera e sustentável.